Por despacho de 19 do corrente mês:

Concedidas licenças aos seguintes professores primários, por motivo de doença:
 Júlia Augusta Leite de Freitas, da escola do sexo feminino da freguesia de Paredes, concelho de Paredes de Coura, círculo escolar de Arcos de Valdevez — noventa dias, precedendo exame da junta médica.
 Luísa Maria Borges, da escola mixta da freguesia de Bornes, concelho e círculo escolar de Vila Pouca de Aguiar — trinta dias.
 Maria Amália da Mota Lis, da escola central do sexo masculino da cidade e círculo escolar de Viseu — sessenta dias.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 20 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, interino, *João de Barros*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral de Justiça

1.ª Repartição

Despachos efectuados na seguinte data

Fevereiro 19

Bacharel José Ferreira Rodrigues de Figueiredo dos Santos, notário interino na Lousã—autorizado, provisoriamente, a exercer a advocacia.

Declara-se que o nome do ajudante do conservador do registo predial em Vila Nova de Portimão é José dos Santos Pimenta Formosinho, e não José Pimenta Formosinho, como, por equívoco do proponente, safu publicado no *Diário do Governo* de 28 de Janeiro findo.

Direcção Geral da Justiça, em 20 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins*.

Congregações religiosas

Atendendo a que, nos termos dos decretos de 8 de Outubro e 31 de Dezembro de 1910, e mais legislação do velho regime, se tem realizado arrolamentos em bens occupados, detidos e usados por jesuítas e congreganistas, em data posterior a 31 de Dezembro de 1911: manda o Governo da República Portuguesa que, em tais arrolamentos, seja concedido o prazo de sessenta dias, a partir da data do actual diploma, para quaisquer interessados reclamarem, nos termos da lei, e que o mesmo prazo se applique em eventuais e futuros arrolamentos, a contar do dia em que os ditos arrolamentos terminem.

Paços do Governo da República, em 20 de Fevereiro de 1913.—O Ministro da Justiça, *Alvaro de Castro*.

Por ter sido publicado inexactamente no *Diário do Governo* de 26 de Agosto de 1911, publica-se, rectificado, o seguinte decreto de 23 daquele mês e ano:

O Governo Provisório da República Portuguesa, atendendo às conveniências do serviço público e de harmonia com os decretos de 8 de Outubro e 31 de Dezembro de 1910, há por bem decretar o seguinte:

1.º O extinto Colégio do Sacramento, em Alcântara, é applicado à instalação de repartições públicas do 4.º bairro de Lisboa.

2.º Fica exceptuada a igreja, coros, sacristias e ancuxos.

3.º É desde já autorizada a instalação das repartições da administração e do registo civil, na parte nova, que do nascente confina com o pátio, e do norte com a rua pública, sem prejuizo das salas provisoriamente cedidas para a Academia de Ciências de Portugal.

Paços do Governo da República, em 23 de Agosto de 1911.—O Ministro da Justiça, *Afonso Costa*—O Ministro das Finanças, *J. Relvas*.

Direcção Geral dos Negócios de Justiça, em 20 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *Germano Martins*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

Em nome da Nação, o Congresso da República Portuguesa decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º É transferida do artigo 89.º, capítulo 23.º, do orçamento da despesa do Ministério das Finanças, em 1912-1913, para o artigo 62.º, capítulo 12.º, do mesmo orçamento, a quantia de 10.000 escudos, destinada ao serviço do lançamento da contribuição predial relativa ao ano de 1912.

Art. 2.º A referida importância será distribuída como subsídio aos secretários de finanças das diferentes repartições, segundo um mapa organizado pela Direcção Geral das Contribuições e Impostos que será publicado no *Diário do Governo*.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Finanças a faça imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 18 de Fevereiro de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*Afonso Costa*.

Para conhecimento dos interessados se publica o seguinte despacho:

Em 18 de Fevereiro de 1913:

Concedidos trinta dias de licença, para tratamento, em vista da opinião da junta médica, em sessão de 1 do corrente mês, a Artur Xavier da Silveira Machado, terceiro official da Administração Geral da Caixa Geral de Depósitos e Instituições de Providência.

Ministério das Finanças, Secretaria Geral, em 19 de Fevereiro de 1913.—O Secretário Geral, *M. M. A. da Silva Bruschy*.

Direcção Geral da Estatística e Fiscalização das Sociedades Anónimas

Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas

BANCO DE BRAGANÇA

(Sociedade anónima de responsabilidade limitada)

Balancete em 30 de Novembro de 1911

ACTIVO	
Caixa — Dinheiro em cofre	4.726.4008
Letras descontadas	70.723.7720
Letras a receber	659.4415
Empréstimos sobre penhores	5.479.0000
Letras protestadas e execuções	4.512.8775
Empréstimos a câmaras municipais	1.000.0000
Contas e letras em liquidação	39.515.243
Agências e correspondências — seu débito	122.256.182
Efeitos depositados	5.000.0000
Móveis e utensílios	969.295
Despesas gerais	3.128.375
Bens adquiridos por motivo de execução	1.445.0000
Papéis de crédito	149.7700
Devedores gerais	6.320.227
	265.885.040
PASSIVO	
Capital	144.350.0000
Fundo de reserva	12.000.0000
Reserva para liquidações	21.000.0000
Reserva para impostos	70.880
Obrigações a pagar	33.761.763
Credores de efeitos depositados	5.000.0000
Dividendos	1.026.750
Agências e correspondências — seu crédito	32.741.740
Lucros e perdas	9.057.329
Juros a reaver	6.876.578
	265.885.040

Bragança, em 6 de Dezembro de 1911.—O Director, *António Augusto Teixeira*.

Está conforme.—O Primeiro Escriurário do Banco, Ajudante do Primeiro Guarda-livros, *Carlos Alberto de Lima e Almeida*.

Está conforme o duplicado que fica arquivado nesta Repartição da Fiscalização das Sociedades Anónimas, em 13 de Maio de 1912.—Servindo de Inspector Geral, *José de Campos Pereira*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica a lei seguinte:

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Compete ao Supremo Tribunal de Justiça conceder a revisão das sentenças condenatórias, segundo as condições estabelecidas na lei de 3 de Abril de 1896, em todos aqueles casos que as leis actualmente vigentes sujeitam ao julgamento dos tribunais comuns.

Art. 2.º Se a sentença houver sido proferida em tribunal militar, no domínio da lei anterior ou no regime transitório do decreto de 20 de Março de 1911, poderá o novo julgamento efectuar-se no mesmo ou em diverso tribunal, conforme parecer conveniente ao Supremo Tribunal de Justiça, sobre requerimento do interessado.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros da Justiça, Guerra, Marinha e Colónias a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, em 18 de Janeiro de 1913.—*Manuel de Arriaga*—*Alvaro de Castro*—*João Pereira Bastos*—*José de Freitas Ribeiro*—*Artur Rodrigues de Almeida Ribeiro*.

MINISTÉRIO DA MARINHA

Majoria General da Armada

1.ª Repartição

3.ª Secção

Por decretos de 15 do corrente, visados pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 18 do mesmo mês:

Capitão de mar e guerra, António de Almeida Lima—exonerado do cargo de comandante do cruzador *Vasco da Gama*, nos termos do artigo 1.º do decreto de 17 de Fevereiro de 1912.

Capitão-tenente, Bernardo Francisco Dinis Aiala—exonerado do cargo de comandante da canhoneira *Zambeze*, nos termos do artigo 1.º do decreto de 17 de Fevereiro de 1912.

Primeiro tenente, António de Carvalho Brandão Júnior—nomeado para o cargo de comandante da canhoneira *Ibo*.

Segundo tenente, João Frederico Júdice de Vasconcelos—promovido a primeiro tenente, a contar de 12 do corrente, para todos os efeitos legais, nos termos do § 1.º do artigo 71.º do decreto de 14 de Agosto de 1892, devendo ser colocado na respectiva escala de antiguidades à esquerda do primeiro tenente, António Alemão de Cisneiros e Faria, e à direita do primeiro tenente, Fausto Artur de Brito e Abreu.

Aspirante de 1.ª classe da administração naval, Abel da Costa Lázaro—promovido a guarda-marinha da administração naval, a contar de 10 do corrente mês, devendo ser colocado no quadro comum dos segundos tenentes e guarda-marinhas da administração naval, entre os guarda-marinhas, João Mesquita Portela e Alberto Angelo dos Santos.

Majoria General da Armada, em 20 de Fevereiro de 1913.—Em nome de S. Ex.ª, o Major General da Armada, *António Pereira Nunes*, capitão de fragata.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral de Obras Públicas e Minás

Repartição de Caminhos de Ferro e Pessoal

Para os devidos efeitos se publica os seguintes despachos:

Fevereiro 15

António Lourenço da Silveira, inspector da secção de obras públicas do corpo de engenharia civil—nomeado vogal do Conselho Superior de Obras Públicas e Minás, nos termos da alínea c) do artigo 1.º do regulamento interno do referido Conselho Superior. (Visado pelo Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 19 do corrente).

Fevereiro 20

Sebastião José Lopes, inspector da secção de obras públicas do corpo de engenharia civil—exonerado, nos termos da alínea d) do artigo 10.º do decreto de 11 de Dezembro de 1902, do cargo de vogal da Junta Administrativa da Caixa de Reformas, Subsídios e Pensões do Pessoal das Obras Públicas.

António Lourenço da Silveira, idem—nomeado, nos termos do mesmo decreto, para desempenhar aquele cargo.

Direcção Geral das Obras Públicas e Minás, em 20 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, interino, *José Maria Cordeiro de Sousa*.

Direcção Geral do Comércio e Indústria

Repartição do Comércio

Por alvará de 21 de Agosto de 1911 foram aprovados os seguintes:

Estatutos da Associação de Socorros Mútuos da classe operária Nizense

CAPÍTULO I

Título, organização e fins

Artigo 1.º Com o título de Associação de Socorros Mútuos da Classe Operária Nizense, é fundada em Niza, uma associação, que se comporá de determinado número de sócios ordinários e honorários de ambos os sexos, e tem a sua sede em Niza, concelho de Niza.

Art. 2.º O poder governativo da Associação pertence à assembleia geral, a qual delegará a administração numa direcção e a fiscalização desta num conselho fiscal eleito anualmente de entre os sócios.

Art. 3.º A associação tem por fim socorrer os sócios doentes ou impossibilitados temporariamente de trabalhar e concorrer para a despesa do funeral dos que falecerem.

§ 1.º Os socorros de que trata este artigo compreendem: a serem socorridos, quando doentes, temporariamente, com o subsídio de 250 réis diários até o prazo máximo de dois anos, e a sua família receber 2\$500 réis para o seu funeral.

§ 2.º Anexas à associação serão fundadas, oportunamente, uma escola para os sócios e seus filhos e uma caixa económica, de cujos lucros será destinada uma parte ao sustento da referida escola. Os estatutos da caixa económica serão aprovados pelo Governo.

CAPÍTULO II

Dos sócios e sua admissão

Art. 4.º Podem ser admitidos como sócios os indivíduos do sexo masculino que satisfizerem os seguintes requisitos:

1.º Serem operários ou trabalhadores.
 2.º Terem bom comportamento moral e civil.
 3.º Não sofrerem de moléstia crónica e encontrarem-se em bom estado de saúde na ocasião de serem admitidos.

4.º Terem de doze até cinquenta e cinco anos de idade.
 Art. 5.º A admissão de sócios é feita pela direcção, mediante proposta assinada pelo candidato, se souber escrever, e pelo seu proponente, que será um sócio maior, segundo a lei civil, devendo na proposta mencionar-se o nome completo e por extenso do candidato; a sua idade, estado e ocupação, e tendo para os menores de dezóito anos de se apresentar autorização por escrito de seus pais ou tutores, com declaração de que andam a aprender qualquer officio ou que desejam ser trabalhadores.

CAPÍTULO III

Deveres dos sócios

Art. 6.º Cumpro a todos os sócios:
 1.º Observar a doutrina destes estatutos, bem como a de quaisquer regulamentos organizados e aprovados em assembleia geral.

2.º Zelar pelos interesses da associação e promover-lhe o seu engrandecimento.

3.º Desempenhar gratuitamente os cargos para que forem eleitos.

4.º Passar recibo de todas as quantias que receberem do cofre da associação.

5.º Prestar todos os esclarecimentos que lhes forem pedidos pelos corpos gerentes.

6.º Dar parte da sua mudança de residência.

7.º Participar à direcção quando doentes, no prazo de vinte e quatro horas e por meio dum impresso fornecido pela associação. As doenças e seu tempo serão provados por atestado legal, que será entregue ao contínuo no último dia de cada mês que as doenças durem, ou antes se elas terminarem antes do fim do mês.